



**ATA DA REUNIÃO DE
QUINZE DE JANEIRO DE 2021**

-----No dia quinze de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, por videoconferência, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a presidência da senhora Dr.^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira, na qualidade Presidente do Município, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, António Rui de Sousa Godinho Sampaio e Maria Helena Antunes Barata Moniz .-----

-----A Reunião foi secretariada pela Técnica Superior Liliana Maria Rosa Pinto.-----

-----A senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos.-----

-----De seguida, informou que relativamente aos pontos 3.8, 3.9 e 3.10 não estavam reunidas as condições para que o Executivo deliberasse sobre os mesmos por falta de documentação por parte dos serviços da DAG, tendo para o efeito a Dr.^a Liliana Serra procedido às devidas explicações. Neste sentido, referiu que os assuntos em questão serão presentes na próxima reunião da Câmara Municipal, pelo que solicitou que os pontos fossem retirados da Ordem do Dia.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, retirar os referidos pontos da Ordem do Dia.-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES-----

2 – PÚBLICO-----

3 – ORDEM DO DIA-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

3.2 – ANMP/CIRCULAR ANMP: LEI N.º 75-B/2020, DE 31 DE DEZEMBRO - ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2021 - PRECEITOS COM PARTICULAR INCIDÊNCIA NA ATIVIDADE DOS MUNICÍPIOS-----

3.3 – ANMP-SG/TRIBUNAL DE CONTAS/IMPACTO DAS MEDIDAS ADOTADAS NO ÂMBITO DA COVID-19 NAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DO CONTINENTE-----

3.4 – QUINTA DO BAIÃO/SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DA TRANSACÇÃO-----

3.5 – CASA DA NATUREZA/PRIMAVERABASTADA, LDA/RESOLUÇÃO DO CONTRATO/RATIFICAÇÃO-----

3.6 – VENDA DO LOTE Nº 7 NA ZONA INDUSTRIAL DAS CORTES, ALVARES/REVERSÃO-----

3.7 – OBRAS PARTICULARES/VICTOR MANUEL LOURENÇO TAVARES-----

3.8 – 18ª ALTERAÇÃO (PERMUTATIVA) AO ORÇAMENTO/ANO 2020/RATIFICAÇÃO-----

3.9 – 1ª ALTERAÇÃO (PERMUTATIVA)AO ORÇAMENTO/ANO DE 2021/RATIFICAÇÃO-----

3.10 – 1ª ALTERAÇÃO ÀS GOP/ANO DE 2021/RATIFICAÇÃO-----

3.11 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA-----

1 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – FALTAS – Não houve.-----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE – A senhora Presidente iniciou a sua intervenção desejando votos de um bom ano a todos, bem como agradecendo ao Executivo pela disponibilidade para alterar a primeira reunião da Câmara Municipal.-----

-----Efetivamente não começamos o ano tão bem como os anteriores, porquanto ainda não conseguimos encerrar o ano de 2020 por motivos externos à nossa vontade. Referiu todos nós somos importantes, mas em termos dos serviços financeiros da contabilidade a Dr.ª Liliana Serra é absolutamente importante e indispensável, sendo que pelo facto de ter entrado numa situação de doença, claramente, que se complicaram todas as dinâmicas dentro da Câmara Municipal, porém é possível a recuperação de todas as situações. Acresce a esta situação que outros trabalhadores da contabilidade também se encontram ausentes do serviço, sendo que na próxima semana a Dr.ª Liliana Serra já se encontrará ao serviço. Prosseguiu, informando dentro da Câmara Municipal se encontram a trabalhar os serviços mínimos, sendo que os serviços externos se encontram a trabalhar na sua totalidade, sendo muito preocupante a situação da DAG, porquanto não se está a desencadear despesa, nem a efetuar requisições, pelo que acredita que

com o regresso dos trabalhadores, ainda que em teletrabalho, possamos retomar a normalidade desejável.-----

-----No que concerne à situação da Pandemia COVID-19 no concelho referiu que não iniciamos bem o ano, ainda que tivéssemos tido um período em que não fazíamos parte da lista dos concelhos de risco elevado. Referiu que até ao dia 31.12.20 o concelho registava zero casos, segundo a Autoridade Saúde Local, sendo que na primeira semana do ano em curso transitamos para concelho de risco elevado, ou seja, à data de hoje estaremos com situações superiores a noventa casos.-----

-----Fruto destes acontecimentos reuniu a Comissão Municipal de Proteção Civil, na modalidade de restrita, tendo sido deliberado ativar o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, não só pelo facto de os números obrigarem, mas também sempre que os Planos são ativados agiliza-se de forma diferente e com maior celeridade todas as respostas que sejam necessárias no combate a situações mais problemáticas. É um facto que é difícil a saúde responder em tempo útil a todas as solicitações tendo para o efeito referido que senão fosse a Proteção Civil a atuar de forma diligente e com celeridade nós não tínhamos conseguido que, no dia de ontem, fosse feita a testagem aos utentes e trabalhadores do Lar de S. Mateus, em Alvares. Referiu que apesar de existir uma unidade móvel do ACES do Pinhal Interior, efetivamente, é um recurso escasso para as solicitações dos catorze Municípios que integram o ACES do Pinhal Interior, pelo que tomou como diligência contactar o Laboratório S. José, que tem convenção com a ARS, desde que o teste seja prescrito, para que procedesse à testagem aos utentes e trabalhadores do Lar de S. Mateus, em Alvares. Mais referiu que perante esta situação reuniu com o senhor Vice-Presidente do Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares e com a Diretora dos Trabalhadores.-----Relativamente ao Centro Social Rocha Barros referiu que contactou o senhor Dr. Fernando Barata, Presidente da Direção, tendo reunido com o Dr. Hélder Barata, Vice-Presidente e com a Dr.ª Ana Rita Barata, Técnica atualmente a coordenar os serviços, a quem apresentou os seus sinceros parabéns pela força, resiliência e coragem com que enfrentou uma situação altamente complexa, tendo sido feito o ponto de situação relativamente a esta IPSSS.

Referiu que foram disponibilizados os recursos necessários estando a Câmara Municipal a auxiliar o Centro Social Rocha Barros, sobretudo, o serviço de apoio domiciliário, sendo que o retorno que temos por parte da Dr.ª Rita Barata é de excelência, sendo que ficará eternamente grata aos trabalhadores que se disponibilizaram para apoiar. Referiu que quem está a monitorizar este trabalho é a Dr.ª Raquel Mendes, Técnica de Serviço Social da Câmara Municipal, sendo que no apoio aos idosos nos domicílios está a A.T. Sandra Rita, bem como, caso seja necessário a A.O. Regina Gama. Ainda nesta Instituição referiu ter encerrado a valência de Jardim de Infância.-----

-----Mais referiu que na próxima segunda-feira estará presente a Unidade Móvel em Góis para ser feita nova testagem no Centro Social Rocha Barros quer aos trabalhadores, quer aos utentes, esperando que os números possam ser melhores a bem da Instituição e de Góis, porquanto se trata de uma pandemia que tem transtornado e destabilizado os serviços criando muitos constrangimentos, sendo que a situação que aconteceu no Centro Social Rocha Barros poderá efetivamente ocorrer em outras Instituições no nosso concelho.-----

-----Relativamente ao Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Alvares referiu que também foi comunicado que caso necessitassem de recursos humanos para desempenho de tarefas a Câmara Municipal também os disponibilizaria. No que concerne ao Lar de Cortes informou a inexistência de casos, tanto ao nível de utentes, como de funcionários, não se verificando a mesma realidade no Lar de S. Mateus, em Alvares, tal como já referiu.-----

-----Relativamente ao Lar da Santa Casa da Misericórdia de Góis, Vila Nova do Ceira, referiu que, à data de ontem, não tinha qualquer registo de casos ativos.-----

-----Relativamente ao Lar da Cáritas, Cabreira, referiu que pela informação do senhor Delegado de Saúde a situação encontra-se, minimamente, estabilizada, em virtude de serem efetuados com alguma frequência testes, sendo estes assumidos pela própria Instituição, assim como o fez o Centro Social Rocha Barros. Ainda sobre testes, referiu que, no passado sábado, mais de cinquenta trabalhadores dos serviços internos da

Câmara Municipal fizeram o teste, não havendo neste momento necessidade de se fazer testagem aos trabalhadores dos serviços externos, porquanto não há nenhuma evidência de situação, sendo que a acontecer estamos precavidos quer em termos da despesa, quer em termos de contacto com o laboratório.-----

-----Ainda sobre o estado de Pandemia no nosso concelho referiu que, na próxima semana, irá ser novamente realizada reunião da Comissão Municipal da Proteção Civil, na sua modalidade alargada, onde participarão todas as Entidades que têm assento bem como será dirigido convite a todas as IPSS's para se fazer o ponto de situação. -----

-----Por último, sobre o assunto agradeceu a todos que se disponibilizaram para trabalhar, os eleitos do Executivo Municipal, o senhor Presidente da Assembleia Municipal e os três trabalhadores da Câmara Municipal, bem como as pessoas da comunidade que a contactaram apresentando a sua disponibilidade.-----

-----A senhora Presidente continuou a sua intervenção dando conhecimento que o Dr. Dinarte Nuno Viveiros, Delegado de Saúde do Pinhal Interior Norte, a partir do dia de ontem, deixou de exercer estas funções, sendo que continuará a exercer a sua atividade como médico de saúde pública na Unidade de Saúde Pública sendo que, possivelmente, continuará a prestar apoio ao concelho de Góis em várias áreas de intervenção da Saúde Pública, com exceção das que dizem respeito à função exclusiva de Autoridade de Saúde. Referiu que na próxima semana a Comissão Municipal de Proteção Civil irá reunir contando com a presença do Dr. Queimadela Batista, sem prejuízo da presença do Dr. Dinarte Nuno Viveiros, sendo que pretende saber como é que irá funcionar o modus operandi em termos das prescrições para os testes, saber com quem nos articulamos, bem como se existe um outro interlocutor nas suas ausências.-----

-----Prosseguiu dando conhecimento que presentemente estamos a fazer um esforço quase "titânico" relativamente à candidatura apresentada pela Câmara Municipal, no ano 2020, ao Programa Cultural em Rede, em que o Município de Góis é promotor da candidatura "Viver os Rios - O Património que nos une", em parceria com os Municípios de Oliveira do Hospital e Penacova, existindo outras duas candidaturas em que o Município de Góis é parceiro, ou seja, a candidatura promovida pelo Município de



Mealhada, designada “Foliar entre montes e mares”, juntamente como o Município de Mira, a qual visava retomar as tradições do Carnaval. Ainda sobre este programa referiu que a par como o Município de Arganil somos parceiros da candidatura designada “Dark Sky Party – Portas do Céu”, promovida pelo Município de Pampilhosa da Serra. Referiu que os montantes destas três candidaturas rondam os trezentos mil euros, para os três concelhos, num período de três anos, 2021-2023.-----

-----Neste sentido, referiu que, na presente semana, se deslocou à CCDRC não somente por causa da candidatura promovida pelo Município de Góis, mas também por causa de um outro projeto que remonta ao ano de 1998 designado de PRAUD onde estão a obrigar a Câmara Municipal a repor o montante de mais de quinze mil euros apenas porque os serviços da Câmara Municipal falharam, particularmente, a DGUPA. Referiu que a Direção Geral do Território e a CCDR deu-nos seis meses para regularizar essa situação sendo que esse período foi insuficiente tendo sido necessário dez meses para a Câmara Municipal regularizar a situação. Pelo que como a documentação entrou fora do prazo a CCDRC recusou-se a analisá-la tendo sido recebida uma notificação para repor o referido montante. É um facto que começamos o ano com muitas dificuldades porquanto estávamos em via de perder esta candidatura de trezentos mil euros, felizmente, conseguimos recuperar e explicar junto da CCDRC o que tinha acontecido tendo para o efeito apresentado as devidas fundamentações. Pelo que reconheceu o esforço do serviço de Turismo, na Pessoa da Dr.ª Fátima Gonçalves, sendo que tudo se perspectiva a que tenhamos parecer favorável, relativa à candidatura “Viver os Rios - O Património que nos une”, cuja entidade promotora é a Câmara Municipal em parceira como os municípios de Penacova e Oliveira do Hospital, sendo que o que se deseja potenciar é o maior número de atividades de natureza cultural e dinâmicas culturais que promovam ao mesmo tempo as potencialidades ao nível do turismo e das nossas Praias Fluviais em parceria com os outros Municípios, numa forte aposta na vertente cultural. Assim que houver oportunidade prestará mais informação ao Executivo da generalidade da candidatura assim como sobre as dinâmicas culturais que foram apresentadas quando o projeto foi submetido.-----

-----Ainda sobre o programa PRAUD - Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas, no qual nos obrigam a repor a quantia de mais de quinze mil euros, referiu que volvidos mais de vinte anos esta operação não foi encerrada por parte do Município de Góis, tendo a respetiva Secretaria dado um período exceçiona de seis meses a todas as Câmaras Municipais do País que estavam em incumprimento, sendo que teríamos que ter encerrado esta operação até outubro de 2019 tendo apenas a documentação em falta sido remetida em janeiro de 2020. Referiu que tomou as devidas diligências junto da CCDRC e da senhora Diretora Geral do Território, tendo feito um último contacto com a senhora Diretora do Fundo Ambiental uma vez que a Câmara Municipal foi notificada por esta entidade para proceder ao depósito do valor em questão. Neste sentido, referiu que apesar de os documentos terem dado entrada fora do prazo estabelecido solicitou que fosse dada a oportunidade para os mesmos serem objeto de análise, esperando que o nosso pedido seja acedido por forma a que não tenhamos que proceder ao pagamento do respetivo valor. Pelo que solicitou às três entidades que se disponibilizassem para a reapreciação do processo da Câmara Municipal de Góis.-----

-----Relativamente ao nosso Plano de Contingência referiu que decorrente do Estado de Emergência que se iniciou às 00.00 horas, do dia 15.01.21, foram tomados os devidos procedimentos, porém devido a problemas no sistema informático não foi possível publicitar a documentação de todos os procedimentos que temos que cumprir. Todos devem ter conhecimento das novas regras, referindo que o teletrabalho está permitido, tendo sido feita uma auscultação por todos os serviços para que tenhamos conhecimento do número de trabalhadores que ficam em teletrabalho. O teletrabalho obriga-nos a alguma despesa para que possamos fazer as ligações para que se possa fazer o acesso aos domicílios dos trabalhadores sendo que também temos que ter licenças, pelo que neste momento temos doze licenças por si autorizadas, sendo que ao longo do dia de hoje teremos que fazer o balanço de quantas mais licenças terão de ser adquiridas. Referiu ainda a existência de um conjunto de trabalhadores que prefere desempenhar as suas funções de forma presencial, contudo serão evitados os atendimentos presenciais, sendo privilegiado os atendimentos via telefónica ou via e-mail, sem prejuízo de os

atendimentos presenciais continuarem em funcionamento tendo sido solicitado que estes fossem objeto de agendamento para fazermos um trabalho com rigor e que possa ser bem mais programado. Mais referiu a existência de serviços que são difíceis de serem operacionalizados à distância sendo que os trabalhadores afetos a estes serviços têm também consciência disso sendo que estarão ao serviço de forma presencial, nomeadamente o serviço de atendimento ao munícipe – Balcão Único e a Tesouraria. Quanto aos serviços que têm mais de três trabalhadores por gabinete estão a organizar-se para que de forma alternativa, uns pelo trabalho presencial e outros pelo teletrabalho possam exercer as suas funções.-----

-----Terminou, dirigindo uma palavra de apoio e solidariedade a todo o nosso tecido empresarial, ao comércio sobretudo todos aqueles que, mais uma vez, vão ter que encerrar as suas portas, sendo que deixa aqui o compromisso que não pode ser como em 2020 que fomos adiando um Regulamento, pelo que terá de ser uma proposta de apoio concreta e objetiva ao comércio e às empresas do concelho as quais irão ter bastantes prejuízos, e que dificilmente irão conseguir uma retoma rápida desses prejuízos, pelo que irá ser feito um trabalho diferente em janeiro para percebermos que dotação poderemos disponibilizar atender a estes prejuízos. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – O senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, iniciou a sua intervenção referindo que apesar do ano não estar a iniciar-se da forma como todos desejávamos, espera que consigamos ultrapassar toda esta situação grave com que estamos a ser confrontados, de forma a que possamos voltar à normalidade. Se Góis até há pouco tempo conseguiu passar ao lado de toda esta Pandemia, presentemente verifica-se que estamos a atravessar um período menos bom, porém apraz-lhe mencionar que devemos confiar nas Instituições, nos apoios que as Autarquias podem e devem dar, e, tendo em conta o espírito de união existente se conseguirá ultrapassar esta situação. Aproveitou a oportunidade para dirigir à Dr.ª Liliana Serra o resto de um bom restabelecimento, desejando a todos que se encontrem de boa saúde e que consigamos ultrapassar todos este problema.-----

-----Uma das questões que teria para apresentar era ter conhecimento do ponto de situação da Pandemia COVID-19 no nosso concelho, assunto explanado pela senhora Presidente, realçando ser importante que a Câmara Municipal reporte pelo menos uma vez por semana, o número de casos ativos e os casos tratados, uma vez que esta informação tranquiliza a população, ficando com a noção de qual a realidade desta Pandemia no concelho de Góis. Ainda sobre a Pandemia e os efeitos que esta tem, sobretudo ao nível empresarial, entende ser importante que sejam tomadas algumas medidas e que seja avaliado qual irá ser o impacto em termos económicos nas diversas atividades no nosso concelho, tendo este assunto sido já objeto de intervenção aquando da 1ª vaga desta Pandemia, no sentido da existência de apoios para os empresários. Referiu que se deve refletir no tipo de apoio que deverá e poderá ser cedido, a par com os que o Governo implementou, porém é necessário ter conhecimento ao nível local quais os prejuízos em termos económicos de algumas atividades se encontrarem encerradas, de forma a poder-se minimizar aquele que é esse impacto. Em relação ao apoio às pessoas que se encontram confinadas, desejava questionar a senhora Presidente de quais os procedimentos que se encontram a ser realizados. Referiu ser do seu conhecimento que a Junta de Freguesia de Góis disponibilizou-se para a prestação de algum apoio, nomeadamente, às pessoas que não podem sair das suas habitações, salientando que a prestação destes serviços deverá estar em consonância com a Câmara Municipal, pelo que desejava saber concretamente como é que funcionam estes apoios. Referiu ser do seu conhecimento, por ter pessoalmente contactado, a existência de uma família, que apesar de residirem em habitações diferentes, todos ficaram confinados, tendo sido somente apenas uma vez contactadas, sendo que necessitariam de bens alimentares durante o fim de semana, tendo estes sido facultados após seu contacto. Referiu que, possivelmente, as pessoas podem não ter expediente para contactar alguém no sentido de as ajudar, sendo isso um problema. Referiu que efetivamente é bom ter uma linha telefónica de apoio disponível, porém entende ser necessário fazer um trabalho no sentido de haver uma boa divulgação, sendo que a Câmara Municipal deverá estar na linha da frente, para que se tenha conhecimento se as pessoas em situação de



isolamento profilático necessitam de bens alimentares e outros durante o fim de semana, devendo essa informação ser recolhida durante a semana. -----

-----Uma outra questão que desejaria expor é sobre o piso existente na Praça da República, em Góis, o qual nesta época de frio intenso e de geada/gelo não chega a descongelar, pondo em causa a segurança de quem por ali circula, situação semelhante à da Rua do Celeiro, sendo de todo importante a resolução deste problema, bem como informação no sentido de precaver situações menos agradáveis.-----

-----Quanto à estrada que serve a localidade de Monteiro, freguesia de Vila Nova do Ceira, assunto várias vezes abordado em sede do Executivo, questionou para quando é que está prevista uma intervenção nesta via, porquanto no período invernal que atravessamos poderá efetivamente haver uma maior pluviosidade e levar a que haja uma derrocada o que levará a que a estrada fique intransitável.-----

-----Quanto às obras realizadas em Pontão do Seladinho, Ponte do Sótão, questionou para quando é que se prevê a conclusão destas e se está prevista algum tipo de intervenção no sentido de resolver definitivamente esta situação. -----

-----De seguida, deu conhecimento do Despacho nº 12452/2020, publicado do Diário da República de 22.12., o qual incide sobre a descentralização de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais - lista do património imobiliário público sem utilização. Referiu que este tem em anexo uma lista com o património imobiliário do concelho de Góis, não sendo o mesmo identificado, referindo que entende que poderá ser uma casa de guarda florestal, refere-se à União de Freguesias, sendo que na morada se encontra Perímetro Florestal do Rabadão, código postal, sendo que na identificação está um traço, não sabendo de todo qual será o imóvel. Neste sentido, referiu ser importante ter conhecimento de qual é o imóvel porquanto se este foi publicado em Diário da República supostamente será um edifício público que não está a ser utilizado o qual reverterá para a Câmara Municipal não se sabendo do que se trata.--

-----Por último, referiu que recebeu por parte do senhor Dr. António Duarte um e-mail, o qual foi também remetido aos senhores Vereadores e também à Câmara Municipal, sendo o teor deste um assunto do qual a senhora Presidente já procedeu às devidas

explicações, tendo este a ver com a não realização de festas e eventos, apresentando o munícipe algumas questões para as quais não tem informação suficiente para as respetivas respostas. De seguida, e para que todos possam saber do assunto de conhecimento do teor do e-mail. -----

-----A senhora Presidente referiu que no que concerne às pessoas que se encontram em confinamento referiu que podem existir situações que devido à proteção de dados e ao sigilo profissional poderá a sua pessoa, na qualidade de Presidente da Proteção Civil, não ter conhecimento das mesmas, particularmente, quando há casos identificados que testam positivo nas IPSS's estes não constam nas listagens que lhe são enviadas. Referiu que o Programa a "Autarquia vai até si" continua em funcionamento, tendo do dia de ontem sido adquiridos bens alimentares e medicação, sendo estes distribuídos pela Câmara Municipal, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Góis e Juntas de Freguesia, sendo na freguesia de Alvares o Dr. Victor Duarte que se encontra responsável por entregar às famílias os bens que foram solicitados. Sendo que se existirem outras situações mais vulneráveis de risco solicitou que estas sejam reportadas à Câmara Municipal no sentido de se efetuar o respetivo apoio. Referiu que existe uma Equipa disponível para trabalhar durante o fim de semana, em todo o concelho, tendo sido atribuído um equipamento móvel, com um número para apoio a todas estas situações, número este que irá ser divulgado, ainda no dia de hoje. Referiu que a par com a Pandemia também a preocupa a vaga de frio pela qual estamos a passar sendo que tem algumas dúvidas, que alguns idosos do nosso concelho reúnam condições para suportar esta vaga de frio, pelo que recomendou que se fizesse uma volta pelo concelho para que verifiquem esta situação e se há a necessidade de também ser distribuída lenha e outro tipo de material. Referiu ter feito contacto com três coletividades, nomeadamente com a Direção da Comissão de Melhoramentos de Ádela que a tranquilizou porquanto não existem situações de desconforto face ao tempo que se faz sentir.-----

-----Quanto à situação reportada na Praça da República referiu que se pode colocar indicação de piso escorregadio ou colocar em alguns espaços alcatifa igual à que foi colocada junto das portas dos estabelecimentos comerciais que se associaram à iniciativa



do Natal, sendo que irá tomar as devidas démarches para que minimize o risco de ocorrência de quedas.-----

-----Quanto à questão do Pontão do Seladinho, referiu que a propósito da EN342 e também da EN2, particularmente, no troço desclassificado, Góis-Vila Nova de Poiares, estava agendada uma reunião no dia 13.01.21, não tendo tido condições de marcar presença, porquanto surgiu uma situação que a obrigou a deslocar-se à Aigra Velha, tendo sido reagendada a reunião com o Diretor Regional das Infraestruturas de Portugal, Eng. Nuno Gama, para o dia 20.01.21, não somente para se falar da questão do Pontão do Seladinho, bem como de mais dois taludes na EN 342 que se encontram há bastante tempo sinalizados e que teimam em não os reparar, bem como da questão existente em parte do troço desclassificado da EN2 junto à Fonte do Soito, em Vila Nova do Ceira, para que haja uma intervenção partilhada, inclusivamente se a Infraestruturas de Portugal desejar fazer a novamente a gestão do troço desclassificado está disponível para esse acordo.-----

-----Ainda sobre a não realização da reunião no p.p. dia 13.01.21, referiu que a sua pessoa se teve que deslocar à aldeia Aigra Velha, em virtude de no mês de junho, do passado ano, a Câmara Municipal autorizou o licenciamento de uma infraestrutura de uma operadora da Altice para melhor cobertura da rede nesta zona, sendo que o equipamento já se encontra instalado. Referiu que recebeu um mail da família Claro, residente nesta aldeia, para que a Câmara Municipal intercedesse neste processo no sentido de não serem colocados uma série de postes de ligação da EDP à antena, mas sim que esta fosse feita de forma subterrânea, pelo que conjuntamente com o interlocutor da EDP chegámos a um acordo, sendo que irão ser os custos partilhados, sendo que a Câmara Municipal com meios próprios irá abrir a vala no sentido da infraestrutura da EDP seja subterrânea. -----

-----Sobre a situação da estrada da Monteiro referiu ter sido abordada pelo senhor Nuno Lopes, Secretário do senhor Vice-Presidente, pelo que solicitou que pedisse dois orçamentos a empresas locais para que se procedesse à intervenção necessária, uma vez que a Equipa da Câmara Municipal devido ao volume de trabalho não tem disponibilidade

para fazer a reparação necessária. Referiu que os trabalhadores se encontram a terminar o passeio na Av. Padre António Dinis, bem como a executar trabalhos de remodelação na cozinha do Clube de Ténis, uma vez que este espaço se encontrava bastante degradado, não tendo as devidas condições de salubridade, pelo que decidiu a sua pessoa proceder por administração direta aos trabalhos necessários, salientando que no que concerne ao espaço deverá ser repensado o modelo de concessão, devendo de igual modo ser repensado o protocolo que tem estado em vigor pelo que não hesitará para apresentar uma nova proposta. -----

-----Relativamente ao despacho referiu que o património imobiliário referente ao concelho de Góis, pela informação que dispõe trata-se de o curral das cabras no Rabadão.-----

-----Relativamente ao e-mail remetido pelo Dr. António Duarte referiu não admitir ao munícipe, nem a ninguém, que ponha em causa a sua honestidade e o seu trabalho na gestão de dinheiros públicos. Referiu que 2020 foi o primeiro ano em que o programa do Feriado Municipal e das Festas do Concelho, inclusivamente a edição do Góis Arte, pela primeira vez, em dez anos, foi fechado em outubro de 2019. Referiu que face à Pandemia, no ano de 2020, foi impossível concretizar a programação, sendo que ao abrigo da contratação pública e tudo o que era protagonistas das ações culturais (empresas, artistas, bandas, entre outros) a legislação permitia a que a Câmara Municipal assumisse compromissos fechados, em 50%, desde que as empresas com quem tínhamos contratualizado garantissem a mesma programação para o ano de 2021, caso haja condições. Neste sentido, foi isso que fizemos, temos a garantia da programação, tendo o concerto do Rui Massena sido reagendado numa primeira fase para outubro de 2020, sendo que pelo facto de não estarem reunidas condições para a sua realização face as regras no âmbito do COVID-19, foi novamente reagendado para o encerramento da 25ª edição do Góis Arte, estando a restante programação de 2020 reagendada para o ano de 2021. Ainda sobre a programação referiu que apenas há um concerto que não se irá realizar devido ao falecimento da artista Sara Carreira, tendo para o efeito procedido aos devidos esclarecimentos sobre a possibilidade de um outro concerto por um outro artista

mediante proposta da empresa. Ainda sobre esta matéria referiu que na altura o senhor Dr. Pedro Pereira Alves elaborou um parecer jurídico, uma análise técnico-jurídica da informação, porquanto o senhor Coordenador Técnico Francisco Dias que se encontra com a contratação pública, interpelou-a sobre esta situação, tendo os dois analisado a legislação que permitia o pagamento dos 50%, porém foi a mesma reencaminhada para o senhor Consultor Jurídico, pelo que foi como base no citado parecer jurídico que a Câmara Municipal tinha condições de fazer o pagamento de 50% do que estava contratualizado, sendo todos os espetáculos reagendados, sendo que no ano de 2021 pagaríamos o remanescente.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referindo que apesar deste início de ano não ser tão bom quanto o desejávamos, na pessoa da senhora Presidente, renovou os seus votos de um Bom Ano de 2021.-----

-----Referiu que no âmbito das palavras da senhora Presidente relativamente aos trabalhos que se encontram a ser realizados no espaço que acolhe o bar no Clube de Ténis, apraz-lhe registar positivamente o procedimento tomado porquanto este espaço se encontrava degradado, sendo de todo importante este reunir as condições favoráveis à sua exploração, tendo em conta ser um espaço bastante agradável e bem situado devido a toda a sua envolvimento natural.-----

-----No que concerne ao mapa de obras particulares solicitado em anterior reunião da Câmara Municipal, questionou se o mesmo já foi facultado à senhora Presidente de maneira a ser entregue ao Executivo. Ainda sobre esta tema referiu que pelo que ouve na opinião pública é que continua a ver algumas reclamações por parte de alguns requerentes, entendendo que, por vezes, a morosidade na análise de alguns processos se deve ao facto de estes não virem devidamente instruídos, sendo que outros é pela ineficiência. -----

-----Uma das suas questões era sobre o ponto de situação do Covid-19 no nosso concelho, assunto ora explanado pela senhora Presidente, contudo desejava tecer alguns considerandos nesta matéria, porquanto o nosso concelho, após um ano do início desta Pandemia, foi dado como de risco elevado, sendo de todo importante refletir qual o

impacto desta pandemia nos munícipes e também nas IPSS's concelhias, bem como nas consequências que esta trará no segmento económico do concelho. No que concerne ao sector económico referiu que será durante um mês que alguns estabelecimentos comerciais estarão encerrados, pelo que os resultados ao nível social e económico que daí advêm deverão ser objeto da nossa reflexão. Pelo que entende que deve a Câmara Municipal tomar alguns procedimentos no sentido de apoio o sector económico concelhio, bem como o que nos trará este atual estado num futuro próximo. Quanto à questão do acesso à internet no concelho, referiu que nesta matéria a Câmara Municipal tem tomado algumas démarches para que os munícipes tenham nas suas localidades acesso para que possa ser mais uma ferramenta de trabalho a quem eventualmente se encontra em regime de teletrabalho. Referiu que à semelhança do que aconteceu na primeira fase, haverá muita gente a regressar à sua terra natal, sendo de todo importante as localidades estarem munidas de internet. Terminou referindo que no âmbito do período que se vive apresentou a sua disponibilidade caso seja necessária alguma coisa da sua parte. -----

----A senhora Presidente referiu que sobre o mapa relativo às obras particulares o senhor Vice-Presidente irá informar sobre o assunto. Quanto à rede de internet no concelho referiu que a Câmara Municipal solicitou o reforço da fibra ótica na zona de Alagoa e Nogueiro. É um facto que o mundo mudou pelo que tanto a Câmara Municipal como as Juntas de Freguesia se não acompanharem esta modernização correrem o risco de ficar para trás.-----

----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que apesar de o ano novo não se ter iniciado da melhor forma para Góis deseja que tenhamos, após esta fase menos boa, um bom ano rico em saúde. -----

----Relativamente à situação que vivemos no âmbito do COVID-19 é um facto que a todos nos preocupa porquanto, de repente, fomos confrontados com muitos casos, sendo por isso de todo importante que se publique a informação sobre este assunto no site da Câmara Municipal como tem vindo a ser feito, mas terá de haver uma permanente actualização, para que as pessoas estejam devidamente informadas em tempo útil e

tenham consciência do momento pelo qual todos atravessamos. -----

-----Relativamente aos apoios no âmbito da Pandemia aos nossos empresários locais, faz todo o sentido que debatamos sobre esta questão com alguma celeridade, pois se a nossa economia local sofreu numa primeira fase, agora, numa segunda fase, com certeza que irá sofrer ainda mais, porquanto ainda não recuperou da primeira fase. Neste sentido, referiu que apesar de terem sido implementadas algumas medidas no passado ano, entende que outras medidas terão de ser implementadas de modo a reforçar o apoio aos nossos empresários, cujas actividades se encontram suspensas de acordo com as medidas impostas no âmbito da Pandemia.-----

-----Quanto à intervenção feita pela Infraestruturas de Portugal no Pontão do Seladinho entende que a próxima intervenção deverá ser pensada de maneira a ser mais adequada e eficaz e sobretudo que não agrida a paisagem, pois actualmente a intervenção ali realizada não respeita a envolvência ambiental.-----

-----A senhora Presidente referiu que a Câmara Municipal irá fazer o seu melhor naquilo que serão os apoios aos nossos empresários. Quanto à questão do Pontão do Seladinho referiu que esperava que intervenção realizada tivesse ficado um pouco melhor, pelo que como já referiu será um dos assuntos que irá abordar na reunião com a Infraestruturas de Portugal.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia desejando um bom ano para todos, sendo que 2021 irá ser um ano exigente pelo que devemos estar todos disponíveis para dar o nosso melhor em prol do concelho. Referiu partilhar com as preocupações manifestadas pela Vereação quanto ao tecido empresarial que se encontra a viver um momento complicado sobretudo os sectores que terão que interromper a sua atividade normal, pelo devemos criar um quadro de apoio para minimizar os efeitos da crise.-----

-----Em relação ao mapa de processos de obras particulares referiu ter dado indicação aos serviços da DGUPA que remetessem o documento via MYDOC à senhora Presidente. Referiu tratar-se de um documento dinâmico uma vez que regularmente dá entrada documentação pelo que quando a senhora Presidente der indicações o mesmo poderá ser entregue ao Executivo. -----

-----Referiu que desejaria aproveitar o uso da palavra para fazer um reconhecimento porquanto atravessamos um período de pandemia e de situações climáticas exigentes e que nos obrigam a reforçar o nosso trabalho, pelo que entende que existe um conjunto de pessoas que merecem da sua parte um reconhecimento, os trabalhadores da Câmara Municipal que de tudo têm feito para mitigar os efeitos destas adversidade climatérica, parecendo-lhe que não tem havido registo de problemas nas nossas vias concelhias. Referiu que o seu reconhecimento é extensivo aos bombeiros voluntários porquanto têm estado em pontos estratégicos para acudir numa situação de emergência, bem como aos profissionais de saúde que estão a passar por uma exigência bastante dura, sendo que presentemente as infraestruturas existentes não são suficientes para o momento em que vivemos. Reconheceu ainda, toda a intervenção que tem sido feita pelo Governo e pelo Presidente da República a qual tem sido adequada à necessidade sendo que têm estado muito atentos e têm correspondido àquilo que de facto é possível responder na situação de Pandemia. -----

-----A senhora Presidente informou que no MYDOC não se encontra qualquer mapa relativo às obras particulares, tendo a informação da senhora Chefe da DGUPA que não recebeu qualquer indicação para lhe remeter o documento pelo que deve o senhor Vereador Mário Barata Garcia se inteirar deste assunto.-----

-----De seguida, referiu que já se iniciou a deslocalização de algum equipamento para o Parque Municipal sendo que na próxima semana se iniciará a limpeza de toda a infraestrutura, pelo que se encontram reunidas as condições para mudar a frota automóvel, bem como o estaleiro que se encontra junto da ponte nova, cujo este espaço será cedido, caso haja anuência de todo o Executivo, à Junta de Freguesia de Góis para ali instalar o seu estaleiro.-----

-----Terminou, informando que, no dia de hoje, se realiza o sorteio da iniciativa "No Natal faça as suas Compras no Comércio Tradicional | Mais do que um negócio... um rosto, um amigo!", relativo às compras efetuadas no comercio local, iniciativa que terá lugar nos Paços do Município, pelas 17.00 horas.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

2 – PÚBLICO: -----

-----A senhora Presidente referiu que segundo informação da senhora secretária não estavam reunidas as condições para que o público pudesse intervir na presente reunião. Porém, tanto a Dr.^a Liliana Pinto, como o A.T. Ricardo Pinto e o A.T. Filipe Ferreira terão de assumir essa responsabilidade, porquanto essa situação não lhe foi comunicada atempadamente.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR - De acordo com o determinado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 57º, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte e nove de dezembro do ano de 2020, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.-----

-----Em conformidade com o nº 3, do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo, a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz não participou na votação por não ter estado presente na reunião a que a mesma respeita.-----

3.2 – ANMP/CIRCULAR ANMP: LEI N.º 75-B/2020, DE 31 DE DEZEMBRO - ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2021 - PRECEITOS COM PARTICULAR INCIDÊNCIA NA ATIVIDADE DOS MUNICÍPIOS – Foi presente a circular da ANMP sobre a Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro - Orçamento do Estado para 2021 - preceitos com particular incidência na atividade dos municípios.-----

-----A senhora Presidente questionou a Dr.^a Liliana Serra se analisou o documento e se entende que deve alguma coisa ser destacada.-----

-----Dada a palavra, a Dr.^a Liliana Serra referiu que apesar de ter lido o documento ainda não efetuou uma análise minuciosa ao mesmo, contudo referiu que no que concerne ao sistema de normalização contabilística para as administrações públicas na administração local este refere que considerando os atrasos na implementação do novo sistema contabilístico a prestação de contas relativa ao exercício de 2020 pode ser efetuada até 31 de maio de 2021.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referindo que o ponto 7. do documento em apreço refere efetivamente que a prestação de contas relativa ao exercício de 2020 possa ser efetuada até 31.05.2021. Referiu ainda que outras medidas financeiras se mantêm, tendo outras sido extintas face ao Orçamento do Estado de 2020. Referiu ainda que no artigo 4º do documentado em análise, aponta a Lei do O.E. o impacto na vida local.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que o documento plasma um resumo de todas as alterações e de novas situações as quais têm impacto direto nas autarquias. Referiu ainda que o documento no que concerne aos Centros de recolha oficial de animais, apoio à esterilização e à promoção do bem-estar e à promoção do bem-estar animal – Artigo 342º - refere que para 2021, está prevista a transferência para a administração local de uma verba de 10.000.000,00€, permitindo aos municípios dar continuidade a este trabalho não só o investimento nos centros de recolha oficial, mas também apoio nos processos de esterilização de animais, no âmbito de uma campanha nacional de esterilização e também na sensibilização dos munícipes na esterilização dos animais, pelo que é importante iniciar-se um trabalho o qual deve ser articulado uma vez que irá estar alocada verba para esse fim.-----

-----Interveio o senhor Vereador Mário Barata Garcia que relativamente à questão sobre o mapa de processos de obras particulares referiu que contactada a DGUPA foi-lhe comunicado que não se lembram de a sua pessoa ter dado a indicação para que o documento ser remetido à senhora Presidente da Câmara Municipal, facto que lamenta porquanto estavam presentes as Técnicas Lurdes Rodrigues e Marina Pais quando deu a referida indicação. -----

-----Relativamente ao assunto em questão referiu congratular-se por uma medida patente no documento uma vez que, pela primeira vez, irá haver um suplemento de penosidade e insalubridade de alguns postos de trabalho facto que desejava assinalar por ser uma luta muito antiga para alguns profissionais que têm alguma atividade com uma excessiva carga de penosidade e insalubridade. Uma outra medida que o documento plasma é a substituição de arquivos em processos de simplificação e contenção de

despesa, ou seja, a substituição do arquivo físico de determinados documentos por arquivo digital ou digitalizado. É um facto que temos um arquivo da nossa história bastante rico, porém há bastante dificuldade em aceder a alguma documentação, havendo parte desta que não deveria ser arquivada, pelo que seria uma boa oportunidade de se retomar este processo de digitalização, iniciado há alguns anos, de maneira a tornar mais simples a pesquisa de documentos. Referiu que este processo também deveria contemplar a ligação com o MYDOC, sendo que presentemente toda a documentação é digitalizada neste sistema, porém verifica-se alguma dificuldade em disponibilizar, pelo menos o nosso Arquivo tem dificuldade em procurar documentos no MYDOC.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.3 – ANMP-SG/TRIBUNAL DE CONTAS/IMPACTO DAS MEDIDAS ADOTADAS NO ÂMBITO DA COVID-19 NAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DO CONTINENTE –

A senhora Presidente informou que no âmbito da pandemia causada pela COVID-19, e em resposta aos impactos dela decorrentes, foram sendo aprovadas diversas medidas excecionais e temporárias, entre as quais as normas que estabelecem um regime excecional de contratação pública e de autorização da despesa pública, bem como as que definem um regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais aos efeitos da pandemia. Neste sentido, informou que a ANMP remeteu à Câmara Municipal um relatório do Tribunal de Contas com a análise das referidas medidas, o qual contém informação relevante nesta matéria, tendo o mesmo sido facultado ao Executivo.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, referindo que o documento elenca uma série de situações que foram elaboradas de acordo com a informação que consta no Portal, e dos Municípios que colocaram nesta informação sobre a contratualização, havendo vários quadros que incidem sobre várias matérias e naquilo que foi o investimento e o impacto económico que teve nos Municípios e que terá daqui para a frente. Acrescentou a existência de algumas recomendações que deveriam ser atendidas, ou seja, que todos os contratos e outras situações abordadas no

documento sejam colocadas no sítio do Município. Referiu que desejava colocar uma questão, a qual incide com os Municípios sem contrato relacionados com a Pandemia, estando entre estes o Município de Góis, que na nota existente no documento refere que não dispunham de contratos publicitados no Portal Base relativos ao período até 30.09.2020. Neste sentido, questionou se posteriormente a esta data foi lá colocada alguma informação, ou o que é que se fez, porquanto terá havido contratos uma vez que houve aquisição de material decorrente de necessidades da pandemia.-----

-----A senhora Presidente deu a palavra à Dr.ª Liliana Serra para se pronunciar sobre a questão colocada pelo senhor Vereador.-----

-----Dada a palavra, a Dr.ª Liliana Serra referiu que todos os contratos por lei têm de estar no portal Base.gov, e, efetivamente, encontram-se inseridos, sendo que poderá não existir qualquer contrato de aquisição de material no âmbito da Pandemia, porém terá que ser um assunto que terá de analisar.-----

-----O senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referiu que no ponto 4., uma das recomendações, é que se divulgue nos respetivos sítios eletrónicos informação quantitativa, financeira e física relativa à execução das medidas de combate aos efeitos da COVID-19, nomeadamente, o valor gasto, número de ações e número de beneficiários, pelo que entende que se deve ter em atenção esta recomendação por ser do Tribunal de Contas podendo voltar à carga se esta recomendação não for reportada. -----

-----Dada a palavra a Dr.ª Liliana Serra referiu que mensalmente é reportada informação à DGAL de todas as despesas que têm a ver com a Pandemia.-----

-----O senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, mencionou que nas recomendações refere que todos os contratos realizados ao abrigo do regime excecional do Decreto-Lei 10-A/2020, também devem ser reportados e para o próprio Tribunal de Contas todos os que ficaram isentos de fiscalização prévia. -----

-----A senhora Presidente referiu que é um facto que a Câmara Municipal está obrigada a reportar à DGAL tudo o que tem a ver com despesas no âmbito da Pandemia COVID-19. Referiu que em termos de contratação pública a maior parte dos equipamentos que chegaram à Câmara Municipal e que envolveram montantes financeiros consideráveis

foram procedimentos feitos pela CIM RC e a Câmara Municipal apenas pagou a sua parte à CIM RC. Mais referiu que todo o equipamento que a Câmara Municipal adquiriu por conta própria, atendendo aos valores, foi praticamente com requisições, não tendo havido necessidade de fazermos procedimentos ao abrigo da contratação pública. Acrescentou que a Câmara Municipal apoiou algumas instituições, sendo exemplo disso as IPSS's, tendo esse montante saído da rubrica no âmbito Regulamento Municipal de Concessão de Subsídios, bem como as Juntas de Freguesia.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.4 – QUINTA DO BAIÃO/SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DA TRANSACÇÃO – A senhora Presidente deu conhecimento da sentença homologatória da transação relativa à Quinta do Baião, referindo que a Câmara Municipal tem um período de 30 dias, sendo que passado o mesmo, estamos em situação de retomar o processo e a negociação com o Instituto da Segurança Social, IP, para que o património volte à titularidade da Câmara Municipal.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referiu lamentar que não tenha sido retirada a palavra “possibilidade”, quando o documento refere que “*As partes acordam na possibilidade de o Autor, Município de Góis, (...) conforme sugeriu, pelo que a mesma poderia ter sido retirada como foi expresso e consta em Ata.*-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, que relativamente à palavra possibilidade constante no ponto citado pelo senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues, mencionou que se se retirar a palavra isto implica que se cria a obrigatoriedade da prossecução da execução por parte do sub rogado, e que esse prosseguimento só permite o levantamento da penhora se o processo estiver parado por mais de seis meses, referindo que essa situação não interessa, sendo que a possibilidade é sempre um meio de se poder efetuar o pagamento. Agora se se criar a obrigação irá criar-se mais um problema, ou seja, o processo poderá prolongar-se mais tempo.-----

-----A senhora Presidente agradeceu a explicação do senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio, salientando ter falhado com o senhor Vereador José Alberto

Domingos Rodrigues por não ter transmitido a explicação do senhor Dr. Bolota Belchior a qual é exatamente igual à proferida pelo senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio. -----

-----O senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues, referiu que face à explicação do senhor Vereador Rui Sampaio, sobre a referência da palavra “possibilidade” acrescentou que essa não é a análise que alguns juristas fazem.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.5 – CASA DA NATUREZA/PRIMAVERABASTADA, LDA/RESOLUÇÃO DO CONTRATO/RATIFICAÇÃO – Foi presente a informação da DAG – Serviço Jurídico e de Contraordenações, datada de 15.12.2020, relativa à resolução do Contrato com PRIMAVERABASTADA, Lda., relativa à Casa da Natureza.-----

-----A senhora Presidente informou que o contrato com a PRIMAVERABASTADA, Lda., teve por objeto principal a exploração de um Bar/Restaurante, designado “Casa da Natureza”, propriedade do Município de Góis, tendo este um prazo de um ano a contar da sua assinatura, com possibilidade de renovação por iguais períodos até ao limite de quatro renovações. A título de contrapartida pela utilização do espaço, de acordo com o previsto na cláusula 4.ª, a segunda outorgante obrigava-se a pagar uma prestação mensal de 500 € (quinhentos euros) acrescida de IVA à taxa legal em vigor, durante os meses de junho, julho e agosto e nos restantes meses, o correspondente a uma redução de 80% desse valor, ou seja, 100 € (cem euros). Valor este, a pagar até ao dia 8 (oito) de cada mês, sendo o valor da renda atualizado anualmente, e indexado ao coeficiente de atualização das rendas dos arrendamentos para comércio, de acordo com o regime vigente nas datas do pagamento. De acordo com a cláusula 6.ª foi prestada caução no valor correspondente a um ano de contrato (base: 12 meses - de janeiro a dezembro), no valor de 720,00 € (setecentos e vinte euros). Após alguns meses de encerramento do estabelecimento, e nos termos e para efeitos do preceituado na alínea g) do n.º 1 da cláusula 11.ª do contrato, a primeira outorgante encontrava-se perante uma causa legítima de resolução do contrato - o abandono da exploração do estabelecimento, entendido como tal, a suspensão da atividade, sem causa justificada, durante um prazo

superior a 30 (trinta) dias consecutivos, ou 60 (sessenta) interpolados, existindo forte indício de não retomar regularmente a atividade. Neste conspecto, e considerando que ambas as partes concordam na resolução contratual, a empresa foi notificada, através do nosso ofício n.º 2406, de 20/10/2020, no sentido de que deveria, dentro do prazo de 15 dias, retirar todos os pertences do imóvel e proceder à sua entrega. Em cumprimento do preceituado no n.º 2 do artigo 11.º foi a representante da empresa notificada para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis sanasse o incumprimento. O Município de Góis comunicou-lhe a intenção de resolução contratual, tendo a mesma manifestado também a indisponibilidade para continuar com a exploração. Foi, por conseguinte, facultado o direito de audiência das interessadas, em cumprimento do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo. No passado dia 16/11/2020, conforme descrito na informação n.º 6238, o Assistente Técnico Rui Catarino afeto ao Serviço de Património e a Técnica Superior Ana Cristina Rosa, afeta ao Serviço Jurídico e de Contraordenações, reuniram no local com a sócia-gerente da empresa, senhora Helena Silva com vista à sindicância dos bens móveis e utensílios existentes no edifício, após o que esta entregou as chaves do imóvel.-----

-----A senhora Presidente referiu que considerando o preceituado na alínea g) n.º 1 do artigo 33.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a redação em vigor, é competência material da Câmara Municipal deliberar sobre esta matéria, pelo que propôs que o Executivo ratifique a decisão de resolução do contrato, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2020. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar a resolução do contrato, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2020.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.6 – VENDA DO LOTE Nº 7 NA ZONA INDUSTRIAL DAS CORTES, ALVARES/REVERSÃO –

Foi presente a informação da DAG-Serviço de Património Municipal e Arquivo, datada de 12.06.2017, relativa à reversão da venda do Lote nº 7 na Zona Industrial das Cortes, Alvares.-----

-----Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que irá votar favoravelmente a reversão, porém apraz-lhe mencionar que decorreram dois anos e meio após o pedido realizado pelo proprietário, facto que é lamentável, porquanto aquando o pedido ainda não se vivia um período pandémico pelo que o assunto já poderia, anteriormente, ter sido resolvido.-----

-----Interveio o senhor Vereador José Alberto Domingos Rodrigues referindo votar favoravelmente a reversão, porém a informação refere somente a reversão, não se sabendo qual o valor a ressarcir ao atual proprietário.-----

-----A senhora Presidente referiu que a informação, no sexto parágrafo, da página dois, refere o valor de 1.049,72€, subtendendo-se que será este o montante a ressarcir.-----

-----Interveio o senhor Vereador António Rui de Sousa Godinho Sampaio referindo que estamos perante uma situação semelhante à da Quinta do Baião, ou seja, há incumprimento de uma cláusula da venda de um lote, sendo que se o Regulamento prevê esta situação, efetivamente, não terá nada a opor, referindo somente o lapso de tempo decorrido até à presente deliberação.-----

-----A senhora Presidente referiu concordar com as palavras da senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que o processo transitou no ano de 2017 para a senhora chefe da DGUPA para que articulasse com o senhor Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves, e com o A.T. Rui Catarino, para que tomassem os devidos procedimentos para que o processo fosse célere. Acrescentou que foi necessário o proprietário ter novamente solicitado para que o processo fosse retomado para ser decidido.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, proceder à reversão do lote nº 7 da Zona industrial das Cortes, Alvares, sendo o adquirente ressarcido da quantia paga ao Município de Góis.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.7 – OBRAS PARTICULARES/VICTOR MANUEL LOURENÇO TAVARES - Foi presente a informação da DGUPA, datada de 11.01.2021, relativa a obras de construção de arrumos e muro de vedação, requerida por Victor Manuel Lourenço Tavares, Cortes, freguesia de Alvares.-----

-----A Câmara tomou conhecimento, e de acordo com a informação técnica, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de obras.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

3.11 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA – A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria do dia catorze de janeiro do ano em curso, no montante de um milhão, seiscentos e cinco mil, oitocentos e noventa e cinco euros e noventa e um cêntimos.-----

4 – APROVAÇÕES EM MINUTA: CASA DA NATUREZA/PRIMAVERABASTADA, LDA/RESOLUÇÃO DO CONTRATO/RATIFICAÇÃO; VENDA DO LOTE Nº 7 NA ZONA INDUSTRIAL DAS CORTES, ALVARES/REVERSÃO; OBRAS PARTICULARES/VICTOR MANUEL LOURENÇO TAVARES.-----

-----E, não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião, pelas treze horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob a responsabilidade da Secretária.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
